



Educação profissional e economia solidária: Um olhar a partir dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia

*Professional education and solidary economy:
A look from the federal institutes of education, science and technology*

*Educación profesional y economía solidaria:
Una mirada de los institutos federales de educación, ciencia y tecnología*

Lucas Barbosa Pelissari¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)

Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento²

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

RESUMO

Ao longo da construção e organização da economia solidária no Brasil, a qualificação sociotécnica e profissional passa a ser uma demanda necessária a esse movimento social, tanto em sua dimensão econômica quanto para a estruturação política. O presente trabalho analisa as relações entre essa questão e a oferta de educação profissional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio de entrevistas com lideranças de cinco organizações localizadas na Região Metropolitana de São Paulo e da observação de informações obtidas a partir da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), banco de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Conclui que a concepção de educação politécnica dos IFs, fundada na formação integral do ser humano e no trabalho como princípio educativo, guarda semelhanças significativas com o projeto de sociedade reivindicado pelo movimento de economia solidária. Evidencia, no entanto, que ainda são frágeis as experiências de projetos político-pedagógicos concebidos a partir do trabalho associado e dos empreendimentos econômicos solidários, de modo que as vivências formativas desses trabalhadores se dão, prioritariamente, em instituições não públicas.

Palavras-chave: Educação Profissional; Economia Solidária; Institutos Federais.

ABSTRACT

During the construction and organization of the solidarity economy in Brazil, socio-technical and professional qualification becomes a necessary demand for this social movement, both in its economic dimension and for its political structuring. This paper analyzes the relationship between this question and the provision of professional education from the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs), through interviews with leaders of five organizations located in the Metropolitan Region of São Paulo and data obtained from the Nilo Peçanha Platform (PNP), official database of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological

¹ Graduado em Licenciatura em Matemática (PUCPR) e em Engenharia Civil (UFPR). Mestre em Educação (UFPR). Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Atua como professor e pesquisador no IFPR, sendo credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da mesma instituição. <https://orcid.org/0000-0003-3659-5424>. E-mail: lucas.pelissari@ifpr.edu.br.

² Graduada em Gestão Ambiental (USP). Mestra em Educação (UFRJ). <https://orcid.org/0000-0001-6231-5276>. Email: maria.luiza.fmn@gmail.com.



Education. It concludes that the polytechnic education of the IFs, based on the human being's integral formation and on work as an educational principle, has significant similarities with the society project claimed by the solidarity economy movement. It shows, however, that the experiences of pedagogical projects conceived based on associated work and on solidarity economic enterprises are still fragile, so that the training experiences of these workers take place, primarily, in non-public institutions.

Keywords: Professional Education; Solidarity Economy; Federal Institutes.

RESUMEN

Durante la construcción y organización de la economía solidaria en Brasil, la calificación socio-técnica y profesional se convierte en una demanda necesaria para este movimiento social, tanto en la dimensión económica cuánto para la estructuración política. El presente trabajo analiza las relaciones entre este tema y la oferta de educación profesional en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IFs), a través de entrevistas con líderes de cinco organizaciones ubicadas en la Región Metropolitana de São Paulo y la observación de las informaciones obtenidas de la Plataforma Nilo Peçanha (PNP), base de datos oficiales de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Concluye que la concepción de educación politécnica de los IFs, fundada en la formación integral del ser humano y en el trabajo como principio educativo, tiene similitudes significativas con el proyecto de sociedad reivindicado por el movimiento de economía solidaria. Sin embargo, muestra que todavía son frágiles las experiencias de proyectos políticos-pedagógicos concebidos a través del trabajo asociado y de las empresas económicas solidarias, de modo que las experiencias de capacitación de estos trabajadores tienen lugar, principalmente, en instituciones no públicas.

Palabras clave: Educación Profesional; Economía Solidaria; Institutos Federales.

Introdução

Este trabalho analisa as relações entre a oferta de educação profissional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e o movimento de economia solidária, constituído ao longo das últimas três décadas no Brasil. Apresentamos resultados de pesquisa mais ampla, que investigou o papel dos processos educativos na construção desse movimento social, identificando tendências quali e quantitativas.

Partimos da perspectiva histórico-dialética, que compreende os processos de educação formal e não formal em sua materialidade concreta, isto é, como parte do movimento mais geral das relações conjuntura/estrutura de uma determinada formação social. Nesse sentido, discutimos o contexto recente de crise do trabalho e reestruturação produtiva do capitalismo (FRIGOTTO, 1999) e suas repercussões no cenário brasileiro, a fim de situar historicamente o movimento de economia solidária e suas práticas sociais. A discussão é desenvolvida a partir



do conceito de massa marginal (KOWARICK, 1977), que permite caracterizar a economia solidária em termos de classes sociais.

Dessa forma, o trabalho possui dois objetivos. Em primeiro lugar, identificar o lugar ocupado pelos cursos de educação profissional no âmbito do movimento de economia solidária. Para isso, apresentamos resultado da análise de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com lideranças de cinco empreendimentos econômicos solidários localizados na Região Metropolitana da cidade de São Paulo. As entrevistas revelam que a qualificação sociotécnica e profissional, adquirida em instituições de educação formal, constitui-se como demanda fundamental desses empreendimentos.

O segundo objetivo, que parte dessa primeira constatação, é discutir as relações entre a oferta formativa de instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)³ e aquela demanda. Em específico, investigamos possíveis vínculos entre o projeto de sociedade reivindicado pela economia solidária e o conteúdo político-pedagógico das ações da RFEPCT. Para isso, análise preliminar da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), banco de dados oficiais da RFEPCT, conduziu a busca por informações nos sítios de IFs na internet sobre cursos ofertados.

Como conclusão, observamos que o modelo educativo dos IFs guarda semelhanças significativas com o projeto de sociedade, em geral, e com as demandas por qualificação sociotécnica, em específico, construídos pelo movimento de economia solidária. No entanto, ainda são frágeis as experiências de projetos político-pedagógicos concebidos a partir do trabalho associado e cujo público alvo principal são os trabalhadores envolvidos com empreendimentos econômicos solidários. Além disso, o acesso desses trabalhadores a cursos de qualificação profissional se dá, contraditoriamente, fora do espaço da RFEPCT e, na maioria das vezes, em instituições não públicas.

O texto está dividido em três capítulos, além desta introdução e de uma seção conclusiva. No primeiro, situamos a economia solidária e suas práticas educativas na

³ A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foi criada pela Lei nº 11.892/2008 e é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. São instituições especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nos termos dos artigos 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996.

totalidade estrutural-conjuntural que caracteriza o capitalismo neoliberal brasileiro atualmente. No segundo capítulo, discutimos aspectos gerais relacionados à concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos IFs. No terceiro, finalmente, apresentamos e discutimos alguns resultados da pesquisa, relacionando as diretrizes pedagógicas da política pública com as demandas formativas do movimento de economia solidária.

1. Crise do trabalho, Economia solidária e Educação

A economia solidária surge como alternativa de sobrevivência e recuperação do trabalho em formações sociais de capitalismo dependente. As especificidades que caracterizam a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho produziram historicamente uma massa de excluídos do assalariamento formal e das riquezas produzidas pela humanidade. Tal lógica, no entanto, serve de base estrutural para o desenvolvimento capitalista em nível mundial.

Nesse contexto, a questão da marginalidade ganha centralidade em algumas análises próprias das Ciências Sociais, desenvolvidas desde o fim da década de 60 do século passado. Autores como José Nun, Lúcio Kowarick e Aníbal Quijano discutiram a (in)capacidade de o capitalismo latino-americano absorver toda a força de trabalho disponível e os impactos desse processo na organização das classes dominadas nesse continente. Além disso, conforme sintetizam Figueiredo Filho e Oliveira (2012), pontos de partida comuns àquelas análises foram as elaborações teóricas sobre a noção de dependência, em suas mais variadas acepções. Uma convergência, no entanto, segundo as autoras, é o fato de que o capitalismo dependente produz contradições entre a acumulação de capital e a existência da superpopulação relativa, esta última já analisada por Marx n'O Capital.

Segundo Kowarick (1977), a inserção no capital internacional dos países dependentes acaba por impedir o desenvolvimento tecnológico de matriz nacional e a ampliação do circuito de reprodução do capital no sentido do fortalecimento do mercado interno. Isso fornece a especificidade urbana ao processo de marginalidade. A impulsão da industrialização por substituição de importações, típica de um primeiro surto de desenvolvimento capitalista



na América Latina, é a pedra de toque da questão, já que produziu um conjunto amplo de atividades interligadas e geradoras de emprego, que tem, no entanto, efeito de atração muito maior que de absorção. O mesmo autor indica as categorias de trabalhadores componentes da massa marginal: trabalhadores do artesanato, indústria a domicílio, mão de obra autônoma, empregos domésticos remunerados, trabalho ocasional ou sazonal e desempregados⁴.

A marginalidade se agrava sob o contexto do capitalismo neoliberal. Conforme Saes (2003), o processo de redemocratização brasileiro, iniciado em 1985 e concluído em 1988, viabilizou a revogação de um compromisso político mínimo com o modelo desenvolvimentista, que vigorou desde a década de 1930. Esse processo inaugurou o completo domínio no âmbito do bloco no poder pelo capital financeiro internacional e das frações burguesas dele representantes.

Já no fim do século passado, Frigotto (1999) comentava que, como resultado do processo de neoliberalização, a economia brasileira sofria de uma profunda desindustrialização. No caso do Brasil e dos países de capitalismo dependente, trata-se de uma desindustrialização precoce que impõe desemprego generalizado no setor produtivo e uma sociedade essencialmente de serviços. Aliado à regressividade das políticas sociais e ao amplo programa de privatização, esse cenário acaba aprofundando as condições já precárias de trabalho e renda da massa marginal.

Novamente com Frigotto (1999), o autor afirma que a defesa do salário passou a ser secundária num quadro de baixa formalização do emprego. Sindicatos e outros movimentos sociais se empenham em defender o direito ao trabalho e à vida, em permanente ameaça pelo movimento predatório do capital. Nesse sentido, a busca pela inserção no mercado de trabalho acaba impondo ao trabalhador o terrível cenário de desemprego e/ou trabalho precarizado, uma servidão voluntária e um verdadeiro contexto de crise do trabalho assalariado, que repercute nas lutas sociais.

Uma dimensão organizativa que surge como enfrentamento desse contexto são as associações, cooperativas, coletivos e movimentos que têm como princípio a solidariedade e a autogestão. De acordo com Singer (2000), a economia solidária surge como uma alternativa criada “pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (p.

⁴ Muitos desses ofícios compõem a chamada economia popular.

13). Entre os 19.708 empreendimentos entrevistados pelo segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES, 2013), aproximadamente 46% alegavam que criaram a organização como uma alternativa ao desemprego e 43% buscavam uma fonte complementar de renda para os associados.

Na marginalização do mercado de trabalho, a economia solidária “casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, 2000, p. 13). Dessa forma, passa a direcionar os trabalhadores da economia popular a produzirem coletivamente, uma possibilidade concreta de mudar a qualidade das condições e relações de trabalho. Isso se torna um contraditório conjunto de relações socioeconômicas, pois se desdobram em práticas econômicas solidárias que ora tensionam ora se amparam no modo de produção e distribuição capitalista.

Nesse sentido, é possível verificar duas distintas vertentes quanto à concepção de economia solidária gestada ao longo de três décadas no movimento:

(i) economia solidária para geração de emprego e renda, como forma de minimizar os problemas causados pelas políticas neoliberais que culminaram na crise do trabalho assalariado e na pouca proteção social; (ii) a economia solidária para geração de uma nova forma de produzir, crítica ao sistema produtivo capitalista e suas consequências econômicas, sociais e políticas (GONTIJO, 2012, p. 39).

Na vertente crítica ao capitalismo, são constatadas referências que compõem o corpo de materiais bibliográficos analisado pelo autor e que auxiliam a corroborar o apontamento de Gontijo (2012, p. 69) de que tal vertente da economia solidária é crítica ao modo de produção capitalista. Os indicadores dessa vertente são: a) Autogoverno; b) Capacidade civil e cidadã: cidadania na dimensão política e não apenas econômica, como direito e capacidade de consumir; c) Maioridade de consciência; d) Capacidade de avaliação do contexto em que se está inserido; e) Autonomia relacional; f) Relação entre liberdade e igualdade; g) Emancipação com cidadania e subjetividade; h) Interação pelo diálogo e intercompreensão; i) Desenvolvimento sustentável em várias dimensões: política, ecológica, econômica, cultural, social.



Nesse mesmo formato, em relação à vertente que se dirige essencialmente para a geração de emprego e renda, constata-se as seguintes referências (GONTIJO, 2012, p. 69): a) Capacidade de consumo; b) Geração de renda simples; c) Complementação da renda; d) Acesso a bens e serviços como consumidores ou clientes; e) Simples: diferente da emancipatória, ou seja, que apenas foca na questão econômica; f) Inserção alternativa na economia voltada para setores mais desfavorecidos, com maior dificuldade de entrada no mercado de trabalho formal; g) Autonomia individual no sentido de autossuficiência do indivíduo; h) Desenvolvimento econômico; i) Forma de autoemprego coletivo.

Essas vertentes da economia solidária nos conduzem ao entendimento de que projetos societários distintos permeiam as práticas econômicas nos empreendimentos solidários. Visualizamos no seu cotidiano a conformação de trabalhadores que ora podem se alinhar com os princípios ideológicos do capitalismo vigente, ora podem estar em oposição aos ideais que regulam a produção e a circulação no mercado de trabalho capitalista.

Como política pública, a economia solidária começa a se consolidar nas gestões municipais petistas ainda na década de 90. Porém, se alavancou nacionalmente a partir de 2003, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Expressando as contradições discutidas acima em meio às bases de sustentação dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o intelectual militante que esteve à frente da defesa da economia solidária como política pública, o professor Paul Singer, posicionou-a como uma iniciativa socialista. Por si só, a geração de emprego e renda não transforma uma sociedade se esta não for construída conjuntamente com um programa de reformas em que hegemonicamente a classe trabalhadora esteja na liderança.

Por essas razões, também há diferenças de convicções políticas entre os intelectuais, gestores, militantes e a base social das organizações econômicas solidárias, evidenciando distintas leituras sobre as concepções pedagógicas que afloram das práticas e experiências construídas. De um lado, a concepção de sociedade que embasa as práticas da vertente que reivindica o emprego e a renda em si mesmos é comum aos fundamentos de uma pedagogia

neoprodutivista. Essa pedagogia parte dos mesmos princípios da velha teoria do capital humano⁵ mas os adapta ao contexto neoliberal. Para o neoprodutivismo, o desemprego

poderia ser superado por uma formação profissional adequada às, supostamente, novas demandas do mercado de trabalho ou pela difusão da ideologia do empreendedorismo. Esse idealismo chega ao extremo de acreditar ser possível formar, no mesmo processo educativo, indivíduos preparados para enfrentar a competitividade do mercado e imbuídos do espírito de solidariedade social (DUARTE, 2010, p. 35).

As práticas solidárias que partem desses princípios acabam por se acomodar a uma pedagogia individualizante, que remete ao sujeito trabalhador, por meio da ideologia do mérito, a possibilidade de inclusão no sistema de emprego. Em alusão à hegemonia que o neoliberalismo passou a exercer, chamaremos essa concepção de pedagogia hegemônica.

De outro lado, o modelo societário proposto pela vertente da economia solidária que critica o capitalismo condiz com outro tipo de formação humana, que se choca com a pedagogia hegemônica. Saviani (2013) discute as teorias educacionais que buscaram alternativas à pedagogia oficial e se voltaram aos interesses das classes dominadas. O autor discorre sobre as diferentes pedagogias que buscam orientar a prática educativa e que ainda servem como referencial e inspiração para o trabalho pedagógico extraescolar, como é o caso das atividades econômicas solidárias.

A crítica ao modelo produtivo vigente procura transformar, no fazer diário dos empreendimentos, a extração do lucro, as patologias do trabalho e a individualização dos procedimentos decisórios. O aprendizado construído coletivamente nas organizações econômicas solidárias pauta-se pela mudança de percepção e proposição da vida. Paul Singer (2009) exemplifica:

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar

⁵ A teoria do capital humano via na escola um lugar importante para assegurar o processo econômico-produtivo. A educação passa a ser entendida, segundo Saviani (2013, p. 431), “como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis”, auxiliando, mas não garantindo, uma ocupação nos postos formais de trabalho.



a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição (SINGER, 2009, p.13).

O autor também reflete sobre a amplitude dessas aprendizagens, que colocam os trabalhadores como educandos e sujeitos políticos participantes de atividades políticas e culturais no país e no mundo. Além disso, os conhecimentos e saberes produzidos por eles não ficam restritos aos trabalhadores do empreendimento: ocorrem a aproximação e a ampliação desses por meio da partilha com a comunidade.

Essa educação envolve acompanhamento, tempo e metodologia específica para transformar sujeitos antes formados por valores hegemônicos da dinâmica capitalista, como o individualismo, a competitividade, a meritocracia. Vejamos que o comportamento solidário, explica Paul Singer (2005), é reservado aos relacionamentos familiares e de amizade. Portanto, não se educam sujeitos para terem laços de afetividade e confiança fora desse círculo pessoal. Transformar interesses individuais em coletivos é um grande desafio de qualquer empreendimento econômico solidário. A competição é um aprendizado implícito na racionalidade evocada pelo capitalismo e se aplica como orientação fundamental em vários momentos da vida do trabalhador.

Existe certa inclinação espontânea dos marginalizados e dos pequenos produtores à ajuda mútua e à economia solidária. Paul Singer (2005) declara que para o aprofundamento consciente dessa inclinação, práticas pedagógicas são necessárias para que os trabalhadores consigam tanto operar e dirigir seus empreendimentos quanto lidar com questões externas ligadas ao mercado competitivo. Essa outra forma de produzir traz também ganhos socioafetivos através de parcerias e do fortalecimento do vínculo comunitário, que dialoga com a noção de desenvolvimento local sustentável.

Em síntese, nessa perspectiva o empreendimento econômico solidário é um espaço que educa para a autonomia e para a superação do trabalho alienado. Para que se alcancem tais objetivos são necessárias outras estratégias além do aprender com a prática. O aumento da escolarização, o acesso a materiais teóricos, à formação técnica profissional e política dos cooperados são indispensáveis para o seu fortalecimento e o reconhecimento como sujeitos que tomam a direção do processo produtivo, agentes ativos de mudanças. Ao reconhecer que fazer formação dentro ou fora do empreendimento é importante para aprimorar a produção e

garantir a sustentabilidade financeira da organização, estão valorizando o fruto do trabalho, aumentando a produtividade e os ganhos na venda. Não somente, percebem que aprender a ler, a escrever, a fazer análises conjunturais sobre a política e conhecer a biografia de figuras históricas, por exemplo, colocam-nos como construtores de sua própria história e que devem continuar assim, lutando pelos que virão – muitas organizações econômicas têm como base a unidade familiar, logo, pensar no futuro é garantir a qualidade de vida para as próximas gerações.

2. A concepção de EPT dos Institutos Federais

A política pública de EPT no Brasil sofreu significativas transformações ao longo da primeira década dos anos 2000. Duas dessas mudanças, na verdade, articularam-se no sentido de edificar uma nova concepção de EPT e de produzir uma ruptura em direção aos interesses das classes populares e trabalhadoras. (PELISSARI, 2019)

A primeira mudança refere-se à abertura, em lei, da possibilidade de oferta da integração entre conhecimentos prático-manuais e científicos, no âmbito de um mesmo currículo de cursos de formação técnica de nível médio. O decreto federal nº 5.154, emitido em 2004 e cujo conteúdo é incorporado à LDB em 2008 (Lei nº 11.741), é uma das sínteses legais dessa novidade, possibilitando a oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional para estudantes concluintes do Ensino Fundamental. Outra síntese, dois anos depois, foi expressa no decreto nº 5.840, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que abriu oportunidades para o enfrentamento de históricas discontinuidades da política de educação de jovens e adultos no Brasil.

Documentos orientadores da nova perspectiva político-pedagógica (BRASIL, 2007a; 2007b), além de uma série de pesquisas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015) permitem afirmar que a integração curricular preconizada pelo EMI e pelo PROEJA se fundamenta no tensionamento à contradição histórica que caracteriza a educação formal brasileira, isto é, sua marca de dualidade estrutural. Partindo da concepção



de politecnia, no sentido de Saviani (1989), essa perspectiva permite romper com o modelo educativo estruturado a partir de escolas, saberes e conhecimentos distintos a depender da classe social a que se destinam. Vejamos suas características principais.

Como ideia geral, a proposta assenta as bases filosóficas, pedagógicas e políticas do EMI e do PROEJA na categoria da totalidade, compreendendo o processo de produção e reprodução da vida humana e de suas mais diversas práticas como síntese de múltiplas determinações. Dessa compreensão decorrem quatro eixos.

A concepção de formação integral do ser humano configura o eixo pedagógico-formativo. Segundo ela, o processo educativo deve, além de garantir a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade, permitir que essa apropriação se dê de maneira a “[...] superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.” (BRASIL, 2007a, p. 41)

O eixo filosófico da proposta em tela estabelece que o trabalho é mediação ontológica na produção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que assume formas históricas a depender das relações sociais que estruturam a produção da vida humana. Nesse sentido, a integração prevista no EMI e no PROEJA compreende o trabalho como um princípio educativo geral, que permite evidenciar as contradições entre as constituições ontológica e histórica da formação humana: ao mesmo tempo em que prepara para uma profissão a ser exercida no mercado de trabalho capitalista, fornece elementos para a reflexão crítica sobre as práticas laborais e para o desenvolvimento das múltiplas potencialidades do educando.

Nessa perspectiva, o conhecimento é assumido como “[...] uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade objetiva” (BRASIL, 2007a, p. 42). Assim, do ponto de vista curricular, o eixo fundante é constituído pelo trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, compreendidos em sua forma sócio-histórica e possibilitando a apropriação dos fenômenos naturais como força produtiva transformadora da realidade dada. O processo educativo do EMI e do PROEJA é, assim, dirigido ao conhecimento e de base científica, ainda que contemple um projeto de profissionalização. Esse projeto, no entanto, opõe-se ao especificismo precoce e abre as possibilidades de construção de diferentes trajetórias individuais e profissionais, inclusive a continuidade dos estudos em nível superior.

Por fim, o eixo político da proposta é a formação política dos sujeitos do EMI e do PROEJA, visando à auto-organização (PISTRAK, 2018). A questão remete às origens do pensamento gramsciano acerca da escola unitária e é indissociável da ideia de formação humana integral. É com base nessa compreensão que a aprovação do Decreto nº 5.154/2004 foi vista como uma necessidade, mesmo que inscrita na realidade dependente do capitalismo brasileiro.

A segunda mudança na política de EPT brasileira ocorreu em 2008, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A despeito da complexidade de características dessa rede e de novidades instituídas pela Lei nº 11.892, que a criou, ela será aqui abordada sob o ponto de vista do projeto político-pedagógico que a constitui. Ou seja, teremos como referência os próprios eixos discutidos anteriormente, evidenciando que, na verdade, as duas mudanças aqui discutidas articulam-se na estruturação de uma política pública de formação profissional inédita na história do Brasil.

Criando novas instituições e transformando as antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e a maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a referida lei apresenta um genuíno modelo de instituição. Os IFs passam a ser responsáveis por parte significativa da oferta de EMI e PROEJA, com alto investimento em laboratórios, novos prédios e estruturação de carreira docente equiparada, inclusive no tocante salarial, ao magistério superior atuante nas Universidades⁶. Além disso, proporcionaram o aumento do número de escolas técnicas (agora denominadas *campi* dos IFs) de 140, antes da lei de 2008, para 643 atualmente, inaugurando um amplo processo de interiorização e expansão da EPT. Articulando-se à política de inclusão representada pelas cotas sociais e raciais, a RFEPCT pode ser considerada a mais ampla e significativa política no campo da educação pública durante os governos do PT no Brasil (FRIGOTTO, 2018).

Algumas finalidades dos IFs são assim sintetizadas na lei de criação:

⁶ A Lei nº 12.772 trata de ambas as carreiras: Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), instituindo critérios praticamente idênticos de desenvolvimento na carreira e estímulo à formação em nível de pós-graduação. Destaca-se, ainda, a abertura de 14 mil novas vagas para o Magistério EBTT, entre 2008 e 2012 (PELISSARI, 2019).



[...]

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; [...]

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Nesse âmbito, amplia-se a concepção de formação vigente até então nas antigas Escolas Técnicas e CEFETs, abrindo possibilidades para a consolidação de propostas político-pedagógicas mais próximas da perspectiva politécnica e distantes dos modelos tradicionais. A ideia de simples qualificação profissional é substituída pela de “formação e qualificação do cidadão”, além do que se incluem as práticas da extensão e da articulação com a territorialidade em que está ou estará inserido o *campus* do IF. Essa última questão é expressa em um conceito que acabou por nortear diversas ações da RFEPCCT, ou seja, os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, superando a visão puramente produtiva, típica do que se convencionou denominar Teoria do Capital Humano.

Na letra da lei, essa ideia é reforçada quando são tipificados seus objetivos específicos. Nesse âmbito, as dimensões da pesquisa e da extensão se articulam com a perspectiva de impulsionar o setor produtivo, a comunidade e o desenvolvimento local e regional, inclusive estimulando “processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008). O tema terá importância especial na sequência do presente texto.

Também no que se refere aos objetivos dos IFs, fica expresso que a oferta de cursos técnicos deve se dar prioritariamente na perspectiva da formação humana integral. A lei fixa, assim, a obrigatoriedade de oferta de 20% das vagas das instituições em cursos de licenciatura

e 50% em cursos técnicos, prioritariamente de EMI e PROEJA. Com isso, exclui da prioridade de oferta os cursos de qualificação profissional de curta duração, denominados pelo Decreto 5.154/2004 de Formação Inicial e Continuada (FIC). Obviamente, cada projeto pedagógico e a articulação com as demandas locais acabam por definir a necessidade particular desse modelo formativo, suprimindo exigências diretas dos arranjos territoriais. No entanto, fica evidente que a RFEPCT reúne um conjunto de instituições com vocação para a oferta e desenvolvimento da perspectiva politécnica de educação, articulando os quatro eixos acima discutidos.

Nesse sentido, é interessante também perceber a perspectiva adotada para o novo modelo de instituição, no que se refere à produção de ciência e tecnologia e suporte ao desenvolvimento nacional. A própria noção de empreendedorismo assume papel, nos documentos orientadores (BRASIL, 2008; 2010; FRIGOTTO, 2018), de estar a serviço de um projeto de desenvolvimento mais amplo, bastante diferente do conteúdo que a incorpora, hegemonicamente, como categoria curricular ou pedagógica. Destacam-se, nesse sentido, a formação de professores no campo das ciências naturais, a ênfase no ensino dessas ciências e a concepção de extensão “em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008).

Vejamos a seguir de que forma os fundamentos da proposta político-social trazida à tona pelo movimento de economia solidária se vincula com as diretrizes dos IFs. Além disso, discutiremos possibilidades para a oferta formativa dessas instituições, à luz dos desafios educativos lançados pelo movimento.

3. EPT e Economia solidária

A economia solidária amadureceu suas reivindicações como movimento social organizado e seu projeto de sociedade obteve maior visibilidade quando alçou lugar na política pública do governo federal entre 2003 e 2016. Uma das formulações que emergiu com bastante evidência no seio do movimento foi iniciada na IV Plenária de Economia



Solidária, realizada em 2008 em Luziânia-GO. A discussão girou em torno das orientações de caráter pedagógico que os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES)⁷ deveriam assumir. Naquele momento, as políticas nacionais de incentivo à economia solidária começavam a incorporar demandas de formação dos trabalhadores que compunham os empreendimentos a partir de uma perspectiva crítica contextualizada e emancipatória, priorizando “um processo mais político, no âmbito da educação popular, que configurava uma dinâmica de contraponto à lógica dominante” (ADAMS; SANTOS, 2013, p. 264).

Assim, o movimento de economia solidária começou a pensar propositalmente uma educação própria, que conseguisse atender às demandas de formação dos militantes e trabalhadores dos empreendimentos. Além disso, na verdade, o que se objetivava era uma “ampliação de perspectiva, necessária para alimentar lutas sociais consequentes pela transformação das condições de vida dos trabalhadores e pela projeção de relações sociais menos degradantes do ser humano” (CALDART, 2009, p. 58).

Procurando investigar a complexidade desse contexto, entrevistamos⁸ lideranças de cinco empreendimentos econômicos solidários situados na região metropolitana de São Paulo, cujo território é marcado por altos índices de desemprego, violência e falta de infraestrutura básica. Os empreendimentos foram os seguintes: uma cooperativa de alimentação; uma cooperativa de trabalho, assessoria técnica, extensão rural e meio ambiente; uma cooperativa de prestadores de serviços de educação ambiental, coleta e reciclagem de óleos; um grupo informal de educação ambiental e produção de alimentos orgânicos e agroecológicos; e uma microempresa solidária de artesanato de acessórios femininos e brinquedos artesanais.

Constatamos, conforme discussão a seguir, que os trabalhadores desses empreendimentos estavam em contínua necessidade e busca por formação política e educação

⁷ O objetivo do CFES era “de formar educadores populares, agentes de desenvolvimento, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas de geração de trabalho e renda e formadores que atuam com economia solidária” (BRASIL, 2009). O projeto concebeu sete centros de formação, um nacional e os outros seis divididos nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Amazonas I e Amazonas II. Foram conveniados com a Universidade Federal do Pará (UFPA), que operou pela região Norte; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que atuou na região Nordeste; União Brasileira de Educação e Ensino e Instituto Marista de Solidariedade (IMS), que desenvolveram atividades na região Sudeste; e Escola Centro Oeste de Formação Sindical da Central única dos Trabalhadores (ECO/CUT), que operou na região Centro-Oeste.

⁸ A técnica utilizada no processo de coleta de dados foi a entrevista não estruturada (LAKATOS; MARCONI, 1985), articulada com a observação participante, fundamental para compreender as particularidades do cotidiano do empreendimento (NETO, 1994).

formal. Em específico, os entrevistados evidenciaram a demanda por qualificação sociotécnica e profissional, que se revelou como uma forma de garantir a sustentação e o fortalecimento das organizações. Relataram que, quando iniciaram o trabalho autogestionário, as práticas apontaram a necessidade de um repertório técnico novo, que os preparasse para lidar com a produção, o mercado, os clientes e a concorrência.

Nesse sentido, evidencia-se o desejo por sucesso nos “negócios”, sendo ressaltada a influência dos conteúdos formativos angariados no mercado de educação e qualificação profissional, em específico por meio do Sistema S. Instituições como o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Sistema Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), mantidas por entidades representativas da burguesia brasileira, foram acessados de alguma forma por todos os trabalhadores dos empreendimentos analisados. A matrícula é feita sempre em algum curso de curta duração, na modalidade FIC, ainda que alguns deles assumam caráter mais teórico, como, por exemplo, as experiências citadas em formação sobre empreendedorismo, panificação e boas práticas no atendimento ao cliente.

A vontade individual de desenvolver o empreendimento como um negócio a ser edificado faz cada liderança sonhar alto, não medindo esforços para enquadrar a produção em demandas do mercado e associando a atualização de seus produtos conforme a prescrição dos cursos de empreendedorismo. Nesse processo, é nítida a perspectiva de formação de um profissional bem sucedido, com uma marca de sucesso.

Em geral, essas instituições articulam seus projetos a partir das pedagogias hegemônicas mencionadas anteriormente, vinculando os currículos à lógica das competências e habilidades (OLIVEIRA, 2003). Acabam por fomentar a ideia de que os processos de qualificação oferecerão o conhecimento necessário que impulsionará as vendas dos produtos e serviços e, conseqüentemente, aumentarão os parcos rendimentos do empreendimento, conforme comenta uma das lideranças entrevistadas⁹.

⁹ Todos os nomes próprios mencionados no texto são fictícios, de modo a preservar a identidade dos entrevistados, conforme termo de compromisso da pesquisa.



Se você quer que seu empreendimento continue, que seu produto seja atualizado, seja valorizado, você tem que estar sempre buscando esse curso. “Olha, saiu nova forma de fazer boneca.” Então vai a gente lá fazer a nova forma de fazer boneca, sabe? E adaptando, às vezes a nova forma não é tão legal, mas tem aquele pulinho do gato que ensinou ali que você vai colocar na sua bonequinha antiga. Sem falar que assim, né? Produto tem seu tempo de vida útil, né? Você faz essa bolsa aqui, ela pode estourar de vender durante um tempo, chega uma hora que você não vai mais vender ela. Aí se você não for buscar qual que é a novidade que tá saindo agora, como é que essa bolsa, né? Você já a transforma de outra forma, já sai, você já a faz de outro formato, você fica com o produto parado. Então, essa coisa que a gente sabe, até porque a gente tem experiência, né? Desde de 2006 nisso, a gente sabe que chega uma hora você vende o produto, ele arrebenta de vender e aí chega uma hora que acabou, e agora você tem que repensar ele ou você tem que mudar o produto, ou repensar ele e aí você reinaugurar ele com outra cara, com outra forma e pra isso você tem que tá sempre se qualificando (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais).

Nesse sentido, o lançamento de diversas tendências e “necessidades inúteis” incentivadas a serem produzidas pelo alto consumo, escraviza o empreendimento de maneira que passa a ser necessário o sustento de sua produção conforme a dinâmica de mercado. Percebemos, com isso, a subutilização da potencialidade da produção em atender os mercados locais – dos bairros e territorialidades onde estão inseridos, por exemplo – e investir na produção de bens ou serviços que supram as “necessidades úteis” da população, além de gerar renda e desenvolvimento local.

Ao tratar dos mecanismos ideológicos de cooptação da educação profissional pelo empresariado brasileiro, Oliveira (2003) menciona o discurso sobre a necessidade de o trabalhador buscar qualificação individualmente no mercado educacional para se enquadrar aos postos de trabalho exigidos pelas transformações do setor produtivo. Delegam ao trabalhador a urgência, a responsabilidade e o fardo de ser “contribuinte para o avanço de uma cultura neoliberal.” (OLIVEIRA, 2003, p. 258)

Recai sobre os empreendimentos a recomendação de que novos comportamentos exigidos pelo mercado de trabalho devem ser aplicados indistintamente, inclusive no processo produtivo dos grupos solidários informais ou formalizados. O discurso vem carregado da ideia quase matemática segundo a qual maior qualificação profissional leva proporcionalmente à diminuição da pobreza, por meio de empregabilidade e criatividade na própria produção. Fica, assim, estabelecida a crença de que os trabalhadores precisam aprender as multifunções exigidas no mercado para que atinjam o êxito da produção.

Enfim, de um lado, o acesso a essas alternativas de formação enseja uma educação profissional que não corresponde ao modelo de desenvolvimento econômico condizente com o projeto de sociedade da economia solidária crítica. Por outro lado, é importante lembrar que esse projeto não é homogêneo dentre as experiências de economia solidária. Ao contrário, é permeado por disputas e contradições que têm como base os conflitos de classe da sociedade brasileira ao longo do período analisado. O resultado é a produção de fissuras sociais e políticas, que permitem o convívio com perspectivas pedagógicas hegemônicas e próprias do capitalismo neoliberal. De todo modo, o fato que se exige constatar é que a formação é uma demanda comum a todos os empreendimentos econômicos solidários e isso implica no acesso dos trabalhadores às iniciativas que aqui denominamos qualificação sociotécnica e profissional¹⁰.

Vejamos, ainda, que, dos cinco empreendimentos analisados somente um deles tem a maioria dos cooperados com ensino médio completo e que chegaram a acessar o ensino superior. É o caso da cooperativa de trabalho, que possui registro para prestar serviços especializados e específicos, carecendo de conhecimentos cuja habilitação só pode ser concebida se o cooperado passa pelos bancos das instituições de ensino técnico ou superior. Nos outros empreendimentos, a maioria dos trabalhadores não conseguiu acessar ou concluir o ensino médio regular. Vale salientar que o campo de estudos da economia solidária não deu conta de tratar profundamente do assunto, nem a política pública conseguiu apresentar saídas à demanda de qualificação sociotécnica e profissional de maneira contínua e articulada. As possibilidades aqui aventadas, em diálogo com a perspectiva politico-pedagógica mobilizada pela RFEPCT, levam em conta o potencial do modelo de educação politécnica com formação humana integral dos IFs, no sentido de satisfazer a demanda dos empreendimentos e combiná-la com o projeto de economia solidária crítica e transformadora.

A questão nos levou à análise mais detalhada sobre os processos de educação formal, conforme a seguir. Inicialmente, acessamos e organizamos dados de oferta contidos na

¹⁰ Vale ressaltar que há, também, outra dimensão dos processos formativos demandados pela economia solidária. Trata-se da formação sociopolítica, vinculada à organicidade interna do movimento, à compreensão de temas ligados à formação social brasileira e ao próprio projeto de sociedade reivindicado. Não é nosso objetivo abordar tal dimensão, mas a pesquisa na qual se inserem os dados aqui discutidos tratou de evidenciá-la.



Plataforma Nilo Peçanha (PNP), banco oficial de informações da RFEPCT mantido pelo Ministério da Educação (MEC). Os dados apresentaram caminhos investigativos que nos levaram ao acesso de sítios de IFs na internet, com a finalidade de observar a oferta de educação profissional e possíveis articulações com a economia solidária.

Verificamos, por exemplo, que algumas instituições da RFEPCT já consolidaram relação com o movimento de economia solidária e passaram, a partir desse vínculo, a ofertar formações. As experiências envolvem o curso FIC em Gestão de Direção e de Produtos em Economia Solidária, no *campus* Curitiba do IF do Paraná (IFPR), a especialização em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, no *campus* Bom Jesus da Lapa do IFBaiano, e a ação institucional de extensão expressa no programa de Economia Solidária “Paul Singer”, no IF de São Paulo (IFSP). Já a especialização “PROEJA”, ofertada pelo IF de Santa Catarina (IFSC), possui uma unidade curricular específica para o estudo e experimentação das práticas econômicas e solidárias, denominada Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais.

Essas experiências, por resultarem de intenso diálogo das instituições com o movimento social, revelam diversas intenções e objetivos ligados à elaboração do projeto de sociedade da economia solidária. Dentre eles, verificam-se, por exemplo, o próprio enriquecimento de práticas pedagógicas para a educação básica, qualificando a práxis profissional de educadores, e a criação de núcleos de economia solidária compostos por servidores federais das instituições.

Por sua vez, um segundo conjunto de iniciativas envolve cursos que não resultam, diretamente, da articulação política e institucional entre IFs e o movimento de economia solidária. Nesses casos, encontramos os cursos técnicos de cooperativismo nos IFs do Acre (IFAC), Piauí (IFPI), Paraná (IFPR), Rio Grande do Norte (IFRN), Rondônia (IFRO), Roraima (IFRR) e Rio Grande do Sul (IFRS), totalizando treze experiências, cada uma com seu projeto político-pedagógico próprio. Interessante observar que, desses, três são ofertados na modalidade EMI e dois na modalidade PROEJA, ou seja, a maioria dos cursos técnicos em cooperativismo – oito no total – não possui, necessariamente, a perspectiva da formação humana integral como base político-pedagógica.

Também pode ser incluído nesse conjunto o curso tecnólogo (modalidade de curso superior) em Gestão de Cooperativas ofertado pelo campus Serrinha do IFBaiano. Nesse caso, a perspectiva de gestão posta pelo curso vincula-se com o fortalecimento de sistemas produtivos, geração de renda e processos de organização política da agricultura familiar, articulando demandas históricas de mobilizações sociais da região. Seria possível, ainda, citar o curso de mesmo nome e modalidade ofertados pelo campus Pelotas Visconde da Graça do IF Sul-rio-grandense. Apesar de princípios voltados ao cooperativismo empresarial, a iniciativa abre possibilidades de absorção das demandas formativas da economia solidária.

Vale citar, ainda, um terceiro conjunto de iniciativas observadas, no qual se inserem cursos que poderiam fundamentar seus projetos pedagógicos a partir da compreensão do trabalho associado e solidário como um potencial fator de transformação do processo econômico. Um exemplo são as experiências de articulações entre IFs e outros movimentos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A partir dessas articulações, verificamos cursos técnicos e tecnólogos em Agroecologia e Agropecuária e Licenciatura em Educação do Campo, este último ofertado por IFRN e IFs do Maranhão (IFMA), Pará (IFPA) e do Sul de Minas Gerais. Em todos os casos, a perspectiva da economia solidária efetiva-se como dimensão transversal das experiências pedagógicas, ainda que não seja um resultado imediato das demandas de empreendimentos organizados.

Também encontramos a oferta de inúmeros cursos FIC, como panificação, reciclagem, salgadoiro, agricultura familiar, agente cooperativista, costureiro etc., cujo objetivo central é transmitir as principais técnicas que qualifiquem o trabalhador. Sendo assim, tais cursos poderiam ter como público alvo os trabalhadores jovens e adultos dos empreendimentos econômicos solidários que já exercem atividades com esse perfil em suas localidades.

Como se pode observar, as iniciativas ainda não constituem uma linha político-pedagógica ampla de atuação em instituições da RFEPC. Dos 643 *campi*, as experiências em curso e possibilidades de desenvolvimento da perspectiva política da economia solidária ainda são pontuais. A análise da PNP nos mostra que, dos 2381 cursos nas modalidades EMI ou PROEJA – sendo 2122 na primeira e 259 na segunda – ofertados pela rede, uma parcela



bastante reduzida tem como referência as demandas dos trabalhadores e empreendimentos econômicos solidários. Na modalidade PROEJA, aliás, não encontramos nenhum caso específico, apesar de estar em estruturação a proposta denominada, pela política pública, de PROEJA-FIC, que articula conhecimentos técnicos iniciais com a base científica do Ensino Fundamental e na qual vínculos com a economia solidária podem ser encontrados. De todo modo, as relações já construídas são frágeis e carecem de melhor delineamento.

Conclusões

Para concluir, recorremos à discussão apresentada por Gadotti (2009), que discute relações entre uma pedagogia da práxis e as ações postas em relevo pela economia solidária. Para o autor, “a educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme.” (p. 54) Portanto, apesar das contradições, a formação técnica é necessária para que os trabalhadores consigam tanto operar e dirigir seus empreendimentos quanto lidar com questões externas ligadas ao mercado. Entretanto, identificamos em nosso caso que os trabalhadores possuem grande necessidade por qualificação profissional e muitas vezes acabam se matriculando em instituições de ensino que não compartilham da visão de mercado e de sociedade proposta teórica e politicamente pela economia solidária.

A contradição se faz presente quando as lideranças das organizações declaram, ao mesmo tempo, que não buscam o lucro indeterminado e que objetivam consolidar um grande “negócio”. Portanto, vemos o choque entre diferentes concepções pedagógicas vivenciadas pelos trabalhadores das organizações econômicas solidárias. Enquanto a qualificação sociopolítica almeja formar sujeitos que vão contra a apropriação privada da produção e ampliação do capital – portanto alinhadas a uma pedagogia da práxis ou contra-hegemônica –, a educação profissional acessada por esses trabalhadores possui no seu projeto uma pedagogia da exclusão e das competências, a qual se investe na ideia de que é possível encontrar destaque entre o contingente de desempregados e em situação de miséria ao adquirir conhecimentos no mercado educacional. Assim, os trabalhadores acabam responsabilizando a

si mesmos pelo sucesso ou insucesso do empreendimento. Helen, por exemplo, levanta indagações que afligem o seu trabalho:

Então como é que nós vamos ter o nosso negócio, nos profissionalizar no negócio, saber fazer o que a gente faz, mas profissionalmente, não fazer um trabalho amador? E ao mesmo tempo, ser essa mulher empreendedora, mas estar próxima da nossa família? (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais).

O trabalhador do chão da economia solidária é interpelado noite e dia pelo “discurso das elites visando conseguir, também no plano da produção, a sua hegemonia política.” (OLIVEIRA, 2003, p. 259) Confunde-se a ideia de brilhantismo individual dos empreendimentos, sob a batuta de uma gestão criativa, de trabalhadores polivalentes e ao mesmo tempo vinculados a um projeto de desenvolvimento local sustentável de base participativa e socialmente construído. A identificação da necessidade de ruptura com o padrão de desenvolvimento estruturado pelo capitalismo fica escamoteada entre o hibridismo de ideias e contradições, mostrando que somente a formação sociopolítica pode não ser suficiente para a mudança total das práticas presentes em estratégias de trabalho associado existente. Voltamos a Gadotti, quando discute de maneira geral o projeto da economia solidária:

Uma das características mais marcantes da economia solidária é o seu sistema de gestão, nitidamente distinto do setor privado capitalista. A gestão capitalista está ligada ao acúmulo do capital e ao lucro, ao passo que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento econômico solidário, a um modo de vida sustentável e ao bem viver da população. São princípios ético-políticos antagônicos aos da gestão dos negócios capitalistas que não beneficia a todos, mas a seus proprietários (GADOTTI, 2009, p. 31-32).

Nesse sentido, observamos que o modelo educativo dos IFs se relaciona com o projeto de sociedade da economia solidária, sobretudo a partir da proposição de uma educação politécnica e integral do ser humano, fundada no trabalho como princípio educativo. Os eixos que caracterizam essa proposta possibilitam pensar as ações políticas, econômicas, sociais e formativas daquele movimento em termos de articulação entre teoria e prática. Ou seja, a



qualificação sociotécnica e profissional demandada por essas experiências requer formação nos próprios locais de trabalho e organização, envolvendo a elaboração de novas soluções, novas tecnologias e alternativas econômicas social e ecologicamente justas. Em outras palavras, “implica tanto uma formação específica, que diz respeito a cada empreendimento solidário, quanto uma formação geral, que diz respeito à necessidade de entender o empreendimento solidário num certo contexto” (GADOTTI, 2009, p. 66).

A noção de organização do projeto pedagógico em torno dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais oportuniza que os IFs situem suas propostas na territorialidade em que se inserem seus *campi*. Assim, a própria natureza dos conhecimentos construídos, transmitidos e reelaborados pode ser o eixo que serve como via de mão dupla entre a política pública de EPT e o movimento de economia solidária. Entretanto, o que verificamos é que as experiências nesse sentido ainda são pouco desenvolvidas, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Eis uma constatação que nos ajuda a explicar o próprio conteúdo da primeira conclusão discutida, ou seja, o fato de o acesso dos trabalhadores da economia solidária a cursos de qualificação profissional se dar, contraditoriamente, fora do espaço da RFEPCT e, na maioria das vezes, em instituições não públicas.

Dessa forma, concluímos que os dois resultados principais obtidos com nossa análise, na verdade, estão intimamente vinculados. Há, porém, outros caminhos de pesquisa a serem trilhados e que podem contribuir no sentido de dar maior consistência a essa conclusão. Citamos, por exemplo, a análise detalhada dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das iniciativas aqui citadas e o levantamento quantitativo de experiências vinculadas às Redes Estaduais de Educação, que também podem estar adotando a perspectiva da formação humana integral. Nossa contribuição, nesse sentido, é inicial e, além de lançar luz sobre um problema em construção, pode fornecer elementos para a elaboração de políticas públicas e para os próprios desafios do movimento de economia solidária.

Referências

ADAMS, Telmo; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia Solidária: um espaço peculiar de educação popular. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, M. T. (Orgs). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. São Paulo: Vozes, 2013.



ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana. **Economia Solidária**: documentos, trajetórias e organização do movimento. Brasília: Ideograf, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**: documento base. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://bit.ly/2N6vp0p>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**: documento base. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 09 de mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Centro Nacional de Formação em Economia Solidária é inaugurado**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/1061812/centro-nacional-de-formacao-emeconomia-solidaria-e-inaugurado>. Acesso em: 07 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, DF, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (orgs.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, Carolina; OLIVEIRA, Nathalia C. Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. **Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: GUIMARÃES, G. **Sindicalismo e Cooperativismo**: a economia solidária em debate, transformações no mundo do trabalho. São Paulo, Rede Unitrabalho, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.



- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.
- GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GONTIJO, Felipe Marques Carabetti. **Qual economia solidária?: os sentidos da emancipação em um curso de formação**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 1985.
- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 249-263, jul./dez. 2003.
- PELLISSARI, Lucas Barbosa. **Educação profissional e neodesenvolvimentismo: políticas públicas e contradições**. Jundiaí, SP: Paco, 2019.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p. 9-38.
- SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. São Leopoldo: Projeto SIES - Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em 15 mai. 2020.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (ORG.) **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2005.
- SINGER, Paul. Prefácio. In: GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.



ANEXOS¹¹

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o(a) convido a participar da pesquisa “**Economia Solidária No Brasil: as práticas educativas no trabalho associado**” orientada pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

A partir do entendimento dos referenciais teóricos do trabalho-educação, educação popular e economia solidária, a proposta desta pesquisa é **conhecer as práticas educativas e formativas nas organizações econômicas populares e solidárias.**

Você foi selecionado(a) por ser um(a) dos(as) sujeitos(as) que vivencia uma experiência brasileira de economia solidária. Você será convidado(a) a responder a uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre aspectos que envolvem a discussão de educação, práticas educativas, processos formativos e economia solidária.

A entrevista será individual e realizada no seu local de trabalho ou em outro local de sua preferência ou virtualmente através de mecanismo como skype ou hangout, caso não seja possível o deslocamento do pesquisador ou do(a) entrevistado(a). As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e suposições teóricas, e também constrangimento e intimidação, pelo fato do pesquisador atuar na mesma área de pesquisa que os entrevistados. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder às perguntas quando as considerarem constrangedoras, podendo interromper ou desistir da entrevista a qualquer momento. Serão

¹¹ A inclusão dos anexos se deve à garantia e observação dos preceitos éticos de pesquisa científica com seres humanos, além de contribuir para investigações futuras que possam fazer uso das mesmas ferramentas metodológicas.



retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer.

Sua participação nesta pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a Educação e a Economia Solidária, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação da potencialidade educativa das organizações da economia solidária. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá por ela compensação em dinheiro. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação com o pesquisador, com a Instituição em que trabalha ou com a UFRJ.

O uso das informações obtidas através da pesquisa respeitará a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes. Os nomes e as informações das entrevistas serão transcritos integralmente e, se caso o entrevistado desejar, não serão relacionadas a seus autores.

Solicito sua **autorização para gravação em áudio das entrevistas**, dos encontros e da minha relatoria nesses encontros. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pelo pesquisador, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. As transcrições das gravações feitas nos encontros serão realizadas na íntegra pela pesquisadora.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta.

Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.



Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone () ou ir ao endereço do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Endereço eletrônico: ppge.educacao.ufrj.br.

Pesquisador Responsável: Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento; CPF: RG: Contato telefônico: E-mail: maria.luiza.fmn@gmail.com. Local e data:

Assinatura:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome do participante

Assinatura do participante

ARTIGO



ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista

1- Identificação

- A) Nome do grupo:
- B) Endereço/telefone:
Rede social, site etc.:
- C) Natureza do grupo
- a) setor da economia: formal informal
- b) forma de organização: associação microempresa
 cooperativa grupo de produção
 empresa ltda outros. Qual?
- D) Início das atividades do grupo:
- E) Breve histórico do grupo (motivações; preocupações econômicas e sociais; relação com algum movimento social/popular).
- F) Número de trabalhadores na OEP:
Total: Homens: Mulheres: Idosos: Jovens:
- G) Existem trabalhadores envolvidos indiretamente?
- H) Distribuição dos trabalhadores por atividade. Tem alguma especificação por sexo, idade, habilidades?
Homens: Mulheres: Idosos: Jovens:
- I) Bens materiais produzidos:
- J) Mantém relações:
 com outros produtores associados. Quais?
 com os sindicatos. Quais?
 com movimentos sociais. Quais?
 com outros setores da sociedade. Quais?
- K) Quais são os parceiros do empreendimento e o papel que desempenham? (ex: apoio financeiro, assessoria, formação etc.)

2- Organização e relações de trabalho

- A) Principais frentes de trabalho.
- B) Princípios quanto às relações de trabalho.

- C) Como é o processo de tomada de decisão? (planejamento econômico, produção, comercialização, assumir projetos de instituições e outras questões...)
- D) Existem grupos/equipes/oficinas de trabalho? Quais?
- E) Além de suas tarefas específicas, os trabalhadores participam/interferem em outras atividades/etapas do processo de trabalho, socializando suas experiências e conhecimentos?

3- Educação, práticas pedagógicas e formativas

3.1 Geral

- A) Nível de escolaridade dos integrantes da OEP:
- B) Habilidades e conhecimentos necessários para o trabalho:
- C) Algum trabalhador/a já acessou algum curso? Qual curso e quais os motivos o levou a procurar? (qual instituição, modalidade etc.)
- D) Algum trabalhador/a já fez ou quer fazer curso de qualificação profissional? Qual e onde?
- E) Algum trabalhador/a do empreendimento já acessou o supletivo ou esteve na escola por modalidade EJA?
- F) Já tiveram contato com alguma incubadora universitária?
- G) Já tiveram contato com a Rede de Educação Cidadã (Recid), Pró-Jovem, MOVA-Brasil ou o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura?

3.2 Práticas pedagógicas (núcleo da entrevista)

- A) Existem espaços para a reflexão coletiva sobre o trabalho ou assuntos temáticos? Se sim, como são?
- B) Existem atividades desenvolvidas com a comunidade (educacionais, sociais, culturais)?
- C) Se existem atividades formais, internas e externas (com a comunidade): o que elas vêm ensinando para a vida dos trabalhadores do empreendimento?
- D) Existem práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo?
- E) Esses momentos de formação ou participação política são importantes? Por quê?
- F) Existem momentos de socialização de conhecimento no dia a dia do processo de produção?
- G) Ocorre sistematização das experiências e conhecimentos acumulados pelo empreendimento?
- H) Vocês encaram o empreendimento como um formador de ideias, práticas, mudança de comportamento?
- I) O empreendimento tem produzido material para formações ou debates internos ou externos?



- J) Se vocês fossem ajudar um empreendimento a construir um roteiro de formações, quais são os conteúdos básicos indicados? Vocês já trabalharam esses conteúdos?
- K) Enquanto sujeito da economia solidária, o que é educação para você?
- L) Qual é a sua opinião sobre o papel que a educação cumpre para o empreendimento?
- M) Qual a concepção que o empreendimento tem sobre educação?
- N) Vocês acham que fazem educação popular?



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 21 de maio de 2020.
Artigo aprovado para publicação em: 22 de junho de 2020.